

CONTRATO 0059/2006

CONTRATO PARA FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E REMANEJAMENTO DE DIVISÓRIAS, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E, DE OUTRO, A EMPRESA MULTIPLEN COMÉRCIO DE MÓVEIS E SERVIÇOS LTDA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento, a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, instituição financeira sob a forma de empresa pública, criada e constituída nos termos do Decreto-Lei nº 759, de 12.08.69, e Decreto nº 66.303, de 06.03.70, regendo-se, presentemente, pelo estatuto aprovado pelo Decreto nº 5.056, de 29.04.04, alterado pelo Decreto nº 5.210, de 21.09.2004, inscrita no CNPJ sob o nº 00.360.305/0001-04, com sede no SBS, Quadra 4, Lote 3/4, em Brasília/DF, neste ato representada por **Luciene Maria Ferreira** – Gerente de Serviço da GILIC/BR - Contratação, RG: 3.949.832 SSP/MG e CPF: 553.885.236-91, daqui por diante designada simplesmente CAIXA, de um lado e, de outro, a empresa **Multiplena Comércio de Móveis e Serviços Ltda**, com sede no SCLS 112 – Bloco B – Loja 03 – Brasília/DF, CNPJ: 04.936.559/0001-89, neste ato representada por **José Ricardo Grossi de Souza** – Procurador, RG: 18.286.896-5 SSP/DF e CPF: 075.926.708-10, doravante designada simplesmente CONTRATADA, em face da autorização de Stélvio Vieira Teixeira – Gerente de Filial em exercício, em 28/12/2005 - **Processo 7855.01.0969.1/2005, Pregão Eletrônico 096/2005**, têm justa e contratada a execução do fornecimento objeto deste instrumento, vinculado ao respectivo Edital, seus Anexos e à proposta apresentada pela CONTRATADA no referido certame, sujeitando-se as partes contratantes às normas constantes da Lei nº 8.666 de 21/6/1993, de 21.06.1993, e suas alterações e pela IN nº 05, de 21/07/95, do MARE, bem como às cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o fornecimento, instalação e remanejamento de divisórias no Edifício Matriz da CAIXA em Brasília/DF, especificados no anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 096/7855-2005, que passa a fazer parte deste Contrato, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes classificadas em primeiro lugar por preço global, conforme consta nos autos do processo n.º 7855.01.0969.1/2005.

Parágrafo Único – As especificações do objeto, a quantidade total estimada, a forma de execução do contrato e os locais de entrega são os constantes do Anexo I, que integra e complementa o presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

I – obedecer rigorosamente o prazo e locais de entrega, bem como as especificações do objeto, dispostos no Anexo I, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II – comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III – prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CAIXA, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência à CAIXA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

IV – dispor-se a toda e qualquer fiscalização da CAIXA, no tocante ao fornecimento do material, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste Contrato;

V – prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI – a falta de quaisquer dos materiais, cujo fornecimento incumbe à contratada, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

- VII – possibilitar a CAIXA efetuar vistoria nas instalações da CONTRATADA a fim de verificar as condições para atendimento do objeto contratual;
- VIII - - comunicar imediatamente à CAIXA qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- IX – respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- X – fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela CAIXA;
- XI – prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CAIXA, cujas reclamações obriga-se a atender prontamente;
- XII – dar ciência à CAIXA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do fornecimento;
- XIII – indenizar terceiros e/ou a CAIXA mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- XIV – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para a CAIXA, toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, caso constatadas divergências nas especificações ou, quando for o caso, da amostra/protótipo, com o material entregue, sujeitando-se às penalidades cabíveis;
- XV – prestar garantia de 12(doze) meses dos bens fornecidos referentes ao Pregão Eletrônico 096/2005;
- XVI – providenciar, por sua conta e sem ônus para a CAIXA, no prazo de até 03 dias úteis, a correção ou substituição, a critério da CAIXA, dos bens que apresentem defeito durante o período de garantia;
- XVII – manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos materiais da CAIXA, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com a prestação de serviços objeto do contrato;
- XVIII – manter seus empregados, quando nas dependências da CAIXA, devidamente identificados com crachá subscrito pela CONTRATADA, no qual constará, no mínimo, sua razão social, nome completo do empregado e fotografia 3x4;
- XIX – todo o material deverá ser comprovadamente de primeira qualidade não sendo admitido, em hipótese alguma, a entrega de material reutilizado ou recondicionado;
- XX – arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte dos materiais até o(s) local(is) de entrega;
- XXI – manter pelo prazo de 12 (doze) meses, estoque de peças e componentes sobressalentes, para reposição, sempre que necessário.
- XXII – manter, durante a vigência deste contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do Art. 55, Inciso XIII, da Lei n.º 8.666/93, inclusive as condições de cadastramento/habilitação no SICAF que será observado, quando dos pagamentos à CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

São responsabilidades da CONTRATADA:

- I todo e qualquer dano que causar à CAIXA ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela CAIXA;

- II responder perante a CAIXA por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da prestação de serviços, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, assegurando à CAIXA o exercício do direito de regresso, eximindo a CAIXA de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- III toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à CAIXA por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas à CAIXA, que ficará de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA autoriza a CAIXA a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos mensais que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

I) O valor a ser ressarcido à CAIXA nos casos de prejuízos em que a CONTRATADA for responsabilizada será apurado utilizando-se o índice da TR obtido no período compreendido entre a data da ocorrência do fato que deu causa ao prejuízo e a data do efetivo ressarcimento à CAIXA, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$\text{VAT} = \frac{\text{VIN}}{\text{IDI}} \times \text{IDF}, \text{ onde:}$$

VIN = Valor atualizado
VIN = Valor inicial
IDI = Índice acumulado da TR na data inicial
IDF = Índice acumulado da TR na data final

Parágrafo Segundo - a ausência ou omissão da fiscalização da CAIXA não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas neste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CAIXA

A CAIXA obriga-se a:

- I indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os materiais;
- II permitir ao pessoal da contratada acesso ao local de entrega desde que observadas as normas de segurança;
- III notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos bens;
- IV efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS E DA FORMA DE PAGAMENTO

Pela tempestiva execução do contrato, e pelo exato cumprimento das obrigações assumidas na presente contratação, a CAIXA pagará à CONTRATADA, conforme tabela abaixo, no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da entrega do material e apresentação da nota fiscal / fatura discriminativa, com o respectivo ateste da área destinatária do bem, de que o fornecimento foi realizado satisfatoriamente, mediante crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA, obrigatoriamente em agência da CAIXA.

Material	Qtd. (m ²)	Valor unitário	Valor total
Divisórias cegas (PA/PA)			
Fornecimento	494,48	R\$99,01	R\$48.958,46
Desmontagem por m ²	200	R\$4,00	R\$800,00
Montagem	494,48	R\$8,00	R\$3.955,84
			Subtotal R\$53.714,30
Divisórias com painéis com vidro (PA/VID)			
Fornecimento	362,12	R\$128,00	R\$46.351,36
Desmontagem por m ²	200	R\$4,00	R\$800,00
Montagem por m ²	362,12	R\$10,00	R\$3.621,20

Subtotal R\$50.772,56			
Portas divisórias (PD)			
Fornecimento	51	R\$157,00	R\$8.007,00
Desmontagem por m ²		--	--
Montagem por m ²	51	14,00	R\$714,00
Subtotal R\$8.721,00			
Molas de retorno			
Fornecimento	30	R\$126,40	R\$3.792,00
Valor global R\$116.999,86			

Parágrafo Primeiro - A nota fiscal/fatura – NF deve conter todos os elementos exigidos em lei, tais como:

- identificação completa da CONTRATADA: CNPJ (o mesmo constante no preâmbulo do contrato, exceto se for emitida por filial/matriz que contém o mesmo CNPJ base, com seqüencial específico da filial/matriz) da CONTRATADA, endereço, inscrição estadual ou municipal, etc;
 - número da autorização para confecção e CNPJ da gráfica, impressos no rodapé da nota fiscal/ fatura;
 - identificação completa do contratante;
 - histórico detalhado e de forma clara contendo a descrição de todos os itens que compõem o objeto do contrato;
 - o período a que se refere;
 - indicação da unidade da CAIXA ou a quantidade de unidade(s) beneficiária(s) dos serviços e o Município com respectiva UF onde é executado o serviço a que se refere a nota fiscal/fatura;
 - valores unitários e totais dos itens que compõem o objeto contratado.
- I) A nota fiscal/fatura deve conter ainda, para controle da CAIXA, o número do processo que originou a contratação e o número do contrato (SIGES) fornecido pela CAIXA.

II) Cabe à CONTRATADA a correta emissão da nota fiscal/fatura em conformidade com a legislação tributária pertinente, devendo buscar qualquer informação necessária junto ao Fisco ou outra fonte competente, não cabendo à CAIXA prestar esse tipo de informação.

Parágrafo Segundo - Quando houver a prestação de serviço em município cuja Lei Municipal atribua à CAIXA a responsabilidade pela retenção do ISS na fonte, a CONTRATADA é obrigada a faturar os serviços separadamente, por Município, emitindo quantas notas fiscais forem necessárias, independentemente da CONTRATADA estar ou não nele estabelecida.

I - A CAIXA observará a legislação municipal/distrital e, sempre que exigido, fará a retenção do ISS na fonte e o respectivo repasse ao Município, independente da situação cadastral da CONTRATADA na localidade onde os serviços estão sendo prestados, observando ainda, as alíquotas aplicáveis ao serviço contratado.

Parágrafo Terceiro - A fatura não aprovada pela CAIXA será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo de pagamento da data de sua reapresentação.

I - A devolução da fatura não aprovada pela CAIXA em hipótese alguma autorizará a CONTRATADA a suspender a execução dos serviços ou a deixar de efetuar os pagamentos devidos aos seus empregados.

Parágrafo Quarto - Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta em tempo real ao SICAF, para verificação de todas as condições de cadastramento no Sistema.

Parágrafo Quinto - Constatada a situação de irregularidade junto ao SICAF, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pela CAIXA, sendo-lhe facultada a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Sexto - Em cumprimento ao disposto na Lei nº 10.833, de 29/12/2003, quando do pagamento a CAIXA fará a retenção na fonte do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/PASEP, na forma do artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27/12/1996.

I - A retenção será efetuada aplicando-se sobre o valor que estiver sendo pago o percentual indicado no Anexo I da Instrução Normativa SRF nº 480/04, de 29/12/2004;



4/9




Pregão Eletrônico 096/2005
Contrato 0059/2006

II - A alíquota da contribuição do PIS/PASEP, prevista no Anexo I da IN SRF 480/04, será aplicada independentemente de a CONTRATADA enquadrar-se no regime de não-cumulatividade na cobrança da contribuição, de que trata a Lei nº 10.637, de 30/12/2002.

III - Caso a CONTRATADA esteja amparada por medida judicial, que determina a suspensão do pagamento do IRPJ ou de qualquer das contribuições referidas neste Parágrafo, deve apresentar à CAIXA, a cada pagamento, a comprovação de que a não retenção continua amparada por medida judicial.

IV - Caso a CONTRATADA se enquadre em alguma das hipóteses elencadas no Artigo 25 da IN SRF nº 480/04, não haverá a retenção de que trata este Parágrafo, devendo para tanto apresentar a documentação ou declaração que comprove essa condição.

Parágrafo Sétimo - Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos serviços.

Parágrafo Oitavo - O não pagamento da fatura, por culpa exclusiva da CAIXA, no prazo estabelecido neste contrato, ressalvado o contido no parágrafo terceiro desta cláusula, ensejará a atualização do respectivo valor pela TR, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$\text{VAT} = \frac{\text{VIN}}{\text{IDI}} \times \text{IDF}, \text{ onde:}$$

IDI = Índice acumulado da TR na data inicial
IDF = Índice acumulado da TR na data final

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente contrato terá a duração de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério da CAIXA e com a concordância da CONTRATADA, por período igual ou inferior, até o limite permitido na Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

No curso da execução do fornecimento caberá à CAIXA, diretamente ou por quem vier a indicar, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA:

- I todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato.
- II as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, a CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes sanções, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- I advertência;
- II multa;
- III suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a CAIXA;
- IV declaração de inidoneidade.

Parágrafo Primeiro - A advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo à CAIXA.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA sujeitar-se-á à multa 0,3% (zero vírgula três por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, cobrada em dobro a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, considerado o prazo estabelecido para entrega do material.

Parágrafo Terceiro – Pela ausência de cobertura do posto de trabalho contratado, durante toda a duração diária do mesmo, a CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 6% sobre o valor mensal correspondente ao posto descoberto.

Parágrafo Quarto – No caso de atraso na entrega do material por mais de 30 (trinta) dias, poderá a CAIXA, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a seu exclusivo critério, rescindir o contrato, ficando a contratada impedida de licitar com a CAIXA por um prazo de 05 (cinco) anos.

Parágrafo Quinto – As multas previstas nos incisos acima são aplicáveis simultaneamente ao desconto objeto do Parágrafo Primeiro da Cláusula Terceira, sem prejuízo, ainda, de outras cominações previstas neste contrato.

Parágrafo Sexto - As multas serão descontadas da fatura mensal ou cobrada diretamente da CONTRATADA ou judicialmente.

Parágrafo Sétimo - A penalidade de declaração de suspensão temporária de licitar e contratar com a CAIXA pelo prazo de até 02 (dois) anos poderá ser aplicada em casos de reincidências, em descumprimento de prazo contratual, descumprimento parcial ou total de obrigação contratual ou, ainda, em caso de rescisão contratual, mesmo que desses fatos não resulte prejuízo à CAIXA.

Parágrafo Oitavo - A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta se a CONTRATADA:

- a) descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos à CAIXA;
- b) sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;
- c) tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

Parágrafo Nono- As sanções previstas nos incisos I, III e IV, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.

Parágrafo Décimo - As penalidades de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade, aplicadas pela competente autoridade da CAIXA ou ministerial, respectivamente, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa da CONTRATADA, serão lançadas no SICAF.

Parágrafo Décimo Primeiro - A penalidade de declaração de inidoneidade implica a inativação do cadastro no SICAF, impossibilitando o fornecedor ou interessados de relacionar-se com a Administração Pública Federal e demais órgãos/entidades integrantes desse Sistema.

Parágrafo Décimo Segundo – a falta de quaisquer dos materiais cujo fornecimento e manutenção incumbe à CONTRATADA, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS ILÍCITOS PENAIIS

As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Primeiro - Constituem motivo de rescisão do contrato, independentemente de notificação ou interpelação judicial:



6/9



Pregão Eletrônico 096/2005
Contrato 0059/2006

- a) o descumprimento total ou parcial, pela CONTRATADA, de quaisquer das obrigações/responsabilidades previstas neste contrato;
- b) a transferência total ou parcial do presente contrato;
- c) o cometimento reiterado de faltas ou falhas na execução dos serviços
- d) a decretação de falência ou insolvência civil da CONTRATADA;
- e) a dissolução da sociedade;
- f) a alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que, a juízo da CAIXA, prejudique a execução do contrato;
- g) a lentidão no seu cumprimento, levando a CAIXA a presumir a não execução do serviço; e
- h) demais motivos especificados no Artº 78 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Segundo - Havendo a rescisão do contrato, cessarão todas as atividades da CONTRATADA, relativamente aos serviços contratados, os quais serão entregues à CAIXA, que os executará por si ou por terceiros.

Parágrafo Terceiro - Caso a CAIXA não se utilize da prerrogativa de rescindir este contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

Parágrafo Quarto - A CONTRATADA reconhece os direitos da CAIXA, no caso de rescisão administrativa, prevista no Artº 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotação orçamentária prevista no item de acompanhamento nº 5303/02 - Reparos, Adaptação e Conservação de Imóveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

- I A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou reduções que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- II em razão de eventuais alterações estruturais da CAIXA, poderá haver modificações nos locais de prestação dos serviços, caso em que a CAIXA notificará a CONTRATADA para promover as mudanças necessárias;
- III a CONTRATADA somente poderá subcontratar outra empresa para atendimento parcial deste contrato com anuência prévia e por escrito da CAIXA;
- IV no caso de subcontratação de outra empresa, a CONTRATADA não transferirá suas obrigações e responsabilidades, permanecendo, perante a CAIXA, com total responsabilidade contratual;
- V é vedado à CONTRATADA caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da CAIXA;
- VI a CONTRATADA está ciente de que deve guardar por si, por seus empregados, ou prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, em razão dos serviços a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei, civil e criminalmente, responsável por sua indevida divulgação, descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

 7/9

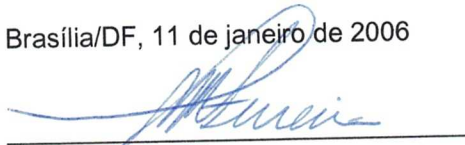
Pregão Eletrônico 096/2005
Contrato 0059/2006

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO

Para dirimir as questões oriundas deste contrato, será competente a Seção Judiciária da Justiça Federal de Brasília/DF.

E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

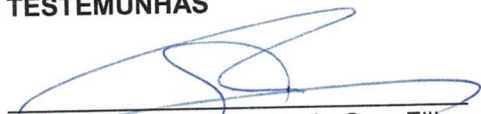
Brasília/DF, 11 de janeiro de 2006

**CONTRATANTE**

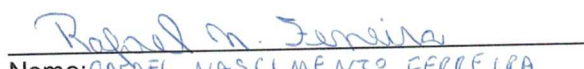
CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Luciene Maria Ferreira
Gerente de Serviço
RG: 3.949.832 SSP/MG
CPF: 553.885.236-91

**CONTRATADA**

Multiplena Comércio de Móveis e Serviços Ltda
José Ricardo Grossi de Souza
Procurador
RG: 18.286.896-5 SSP/DF
CPF: 075.926.708-10

TESTEMUNHAS

Nome: Enelson Candeia da Cruz Filho
CPF: 688.247.181-91



Nome: RAFAEL NASCIMENTO FERREIRA
CPF: 720.065.602-15

ANEXO I**TERMO DE REFERÊNCIA**

- 1 **OBJETO:** fornecimento, instalação e remanejamento de divisórias no Edifício Matriz da CAIXA em Brasília/DF.

2 **ESPECIFICAÇÃO DE DIVISÓRIAS**

Divisórias cegas (PA/PA)

Divisórias tipo BP-PLUS – COR AREIA JUNDIAÍ, medindo 2,11 x 1,20 metros, composta por painel, fixadas no piso e alvenarias.
Estrutura de alumínio anodizado natural.
Painel naval com miolo colméia, espessura 35mm, com acabamento em laminado melamínico, acabamento texturizado.

Divisórias com painéis com vidro (PA/VID)

Divisórias tipo BP-PLUS – COR AREIA JUNDIAÍ, composta por painel até 1,20m de altura e o restante em vidro cristal com 4mm de espessura, fixadas no piso e alvenarias. Estrutura de alumínio anodizado natural.
Painel naval com miolo colméia, espessura 35mm, com acabamento em laminado melamínico, acabamento texturizado.
Vidro cristal translúcido com 4mm de espessura.




Portas divisórias (PD)

As portas das divisórias, com altura 2,11 m, deverão possuir a mesma característica dos painéis, exceto no requadro de madeira maciço submetido a tratamento anti-fungos e térmitas na serraria.
Ferragens em alumínio anodizado natural, com fechadura tipo tubular, padrão CAIXA.
As portas das divisórias deverão ser completas, com fechadura, dobradiça, e acabamento de contorno.

Mola de retorno

Mola para serem instaladas nas portas divisórias, padrão CAIXA.

- 3 A contratada deverá estruturar-se de tal forma que esteja apta a entregar a quantidade de divisórias de acordo com a demanda requerida pela CAIXA/GIMAT/BR – Demandas da Matriz, no prazo de 03 (três) dias úteis, após a solicitação, no seguinte endereço: **SBS Quadra 04, Lotes 3 / 4 - Sub-Solo/MZ – Brasília / DF.**
- 3.1 Informamos que não haverá, nas dependências da CAIXA, local destinado a estoque de materiais da contratada.
- 4 Garantia do bem ou serviço: 12 (doze) meses, compreendendo qualquer defeito de fabricação.
- 5 Horário de execução dos serviços: Os serviços serão executados no horário noturno, no período compreendido entre 19:00 e 24:00 horas, podendo ocorrer em finais de semana e/ou feriados.

 _____ 0 _____  

324

Data Limite para Emissão: 21/06/2008

CNPJ: 04.936.559/0001-89

ENDEREÇO

ENDEREÇO: 66. Guadalupe, 01. Etica 4. 13º andar.

CIDADE

ESTADO

CNPJ

CF/DF

DATA DE EMISSÃO: _____

Nota Fiscal Subcontratação N°

LEGÍTIMA ED. GRÁFICA LTDA., Rua 04 da Praça - Lote 06 - Loja 01 - Metropolitana - Núcleo Bandeirante-DF - Fone (61) 3552-3355
CF/DF: 07.343.383/001-38 - CGC: 72.593.577/0001-65 - 250 Jgs. 25x4 de 251 à 500 - AIDF: 122.104.221/2007

os serviços constantes desta Nota Fiscal Modelo 3.

Data do Recebimento

17, 10, 2007

Identificação e Assinatura do Recebedor

Assinatura do Recebedor *03699-1*
Medicine

Nota Fiscal de Serviços
Modelo 3

324

MULTIPLANA - Comércio e Serviços
Multiplena Comércio de Móveis e Serviços Ltda.

Fone: (61) 3345-1013

SHCS CL - Qd. 112 - Bl. B - Loja 03 - Cep: 70.375-520 - Asa Sul - Brasília - DF
E-mail: multiplena@brturbo.com

NOTA FISCAL
Mod. 01

☒ SAÍDA ☐ ENTRADA

420

BAIRRO/DISTRITO

UF | D | F

1ª VIA-BRANCA - 2ª VIA-AMARELO - 3ª VIA-VERDE - 4ª VIA-AZUL

CNPJ/MF: 04.936.559/0001-89

CF/DF: 07.431.465/001-03

DATA LIMITE
PARA EMISSÃO

23/03/2007

NATUREZA DA OPERAÇÃO

CF/OP

INSC. EST. DO SUBST. TRIBUTÁRIA

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL / TOMADOR DE SERVIÇO

ENDEREÇO

BAIRRO

CGC/CPF

INSCRIÇÃO ESTADUAL

DATA DA EMISSÃO

28/01/06

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

HORA DA SAÍDA

FATURA

DADOS DO PRODUTO / SERVIÇO

[illegible]

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO I.C.M.S	VALOR DO I.C.M.S	BASE DE CÁLCULO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR TOTAL DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA RS 185,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL			FRETE POR CONTA 1 - EMISSOR 2 - DESTINATÁRIO		<input type="checkbox"/>	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ / CPF
ENDEREÇO				MUNICÍPIO			UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO			PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO	

DADOS ADICIONAIS

LEGÍTIMA ED. GRÁFICA LTDA., Rua 01 - Lote 03 Loja - Metropolitana - Núcleo Bandeirante - DF-Fone: (61) 3552-3355 - CF/DF 07.343.383/001-38 - CGC: 72.593.577/0001-65 - 050 Jogos 25x4 de 401 a 450 - Aut. 122.101.558/2006

RECEBEMOS DE **Multiplena Comércio de Móveis e Serviços Ltda.** OS PRODUTOS/SERVIÇOS CONSTANTES DESTA NOTA FISCAL.

NOTA FISCAL - Mod. 01

420

420

